

1  
2

1 **ATA DA REUNIÃO GRUPO DE TRABALHO – CASO EVANDRO: APONTAMENTOS**  
2 **PARA O FUTURO – 25/08/2021**

3 No vigésimo quinto dia do mês de agosto de 2021, às 10h00, foi realizada a oitava  
4 **Reunião do GRUPO DE TRABALHO – CASO EVANDRO: APONTAMENTOS PARA**  
5 **O FUTURO**. Participaram da reunião, remota ou presencialmente: **Angela Christianne**  
6 **Lunedo de Mendonça**, Chefe do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos  
7 Fundamentais e Cidadania e do Departamento de Políticas para Criança e Adolescente  
8 da SEJUF, também na qualidade de Coordenadora do Grupo de Trabalho – Caso  
9 Evandro; **Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto**, Procurador de Justiça, Coordenador  
10 do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos  
11 Humanos do Ministério Público do Paraná; **Cláudio Marques Rolin e Silva**, Delegado  
12 responsável pelo Setor de Vulneráveis da Delegacia de Homicídios e Proteção à  
13 Pessoa; **Silvio Renato Fernandes Jardim**, Chefe do Departamento de Justiça da  
14 SEJUF; **Rogério Nicolau**, Advogado integrante da Comissão da Advocacia Criminal,  
15 da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná; **Bruna Saraiva**, Presidente da  
16 Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos  
17 Advogados do Brasil Seção Paraná; **Rafael Moura**, Promotor de Justiça e membro do  
18 Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos  
19 Humanos do Ministério Público do Paraná; **Regina Bley**, membro do Centro de Apoio  
20 Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do  
21 Ministério Público do Paraná; **Bruno Muller Silva**, Defensor Público Coordenador do  
22 Núcleo Especializado da Infância e Juventude; **Talita Devós Faleiros**, da Defensoria  
23 Pública; **Arlete Kubota**, do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da  
24 Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, **Carine Xavier**, representando  
25 o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; **Marcel Jeronymo Lima**  
26 **Oliveira**, Vice-Presidente do Conselho Permanente de Direitos Humanos; **José Wilson**  
27 **Souza**, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
28 **Maria Eduarda Fonseca**, do Departamento de Justiça da SEJUF; **Waleiska**  
29 **Fernandes**, do Conselho Permanente de Direitos Humanos; **Carmen Lúcia Pereira da**  
30 **Silva, Ana Raggio, Eloise Zanon Garcia e Ana Vitória Naumann**, do Apoio Técnico  
31 do GT; e os convidados **Dr. Luiz Rodrigo Grochocki**, Diretor-Geral da Polícia  
32 Científica do Paraná; e **Dra. Patrícia Nobre**, Delegada de Polícia. **1. Abertura pela**  
33 **Coordenação:** Cumprimentando a todos os presentes, Angela Christianne Lunedo de  
34 Mendonça dá início à reunião. **2. Aprovação da ata da última reunião extraordinária:**  
35 Ata da última reunião aprovada por unanimidade. **3. Relatos Espontâneos: 3.1 Relato**  
36 **espontâneo da convidada DRA. PATRÍCIA NOBRE:** “Bom dia a todos. Me chamo  
37 Patrícia Nobre, sou Delegada, atualmente lotada no SICRIDE, que é o Serviço de  
38 Investigação de Crianças Desaparecidas do Paraná; também sou Delegada Adjunta do  
39 NUCRIA, que é o Núcleo de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Crime,  
40 aqui de Curitiba. O SICRIDE tem atuação no âmbito do Estado do Paraná e o NUCRIA,  
41 aqui de Curitiba, tem atribuição no âmbito da capital, na cidade de Curitiba. Estou  
42 lotada no SICRIDE desde o ano de 2019, há dois anos então, e no NUCRIA também,  
43 alguns meses depois acabei sendo lotada lá também. Inicialmente, é importante  
44 esclarecer que o SICRIDE é uma unidade da Polícia Civil, que foi inaugurada anos  
45 após os casos, principalmente o caso ora apurado, o caso do Evandro, justamente por  
46 naquela época, final dos anos oitenta e início dos anos noventa, terem ocorrido

3

4  
5

47 diversos desaparecimentos de crianças, no que então muitos anos depois o  
48 Departamento da Polícia Civil entendeu-se por necessário a criação de uma Delegacia  
49 especializada nesse tipo de crime – desaparecimento de crianças. Aí então no ano de  
50 1995 foi criado o SICRIDE, com a atribuição de apurar todos os desaparecimentos que  
51 ocorressem a partir de então no Estado do Paraná, bem como também de conseguir  
52 alocar os desaparecimentos anteriores que ainda estivessem em investigação. Então  
53 esses desaparecimentos, na medida do possível à época, foram então enviados ao  
54 SICRIDE para que se desse continuidade às investigações. Alguns foram enviados em  
55 definitivo, outros foram enviados tão somente cópias, pois se entendeu que a atribuição  
56 da cidade, até por uma questão de à época ainda serem processos físicos, eles  
57 deveriam então tramitar na própria cidade de origem, e foi encaminhado então para o  
58 SICRIDE cópias dessas investigações. Outro fator importante para que a gente possa  
59 esclarecer: o Grupo de Trabalho é sobre o Caso Evandro e eventuais violações de  
60 direitos humanos, enfim, eventuais levantamentos sobre o caso, porém, do Caso  
61 Evandro em si, não há nada do Caso Evandro no SICRIDE, justamente porque, como o  
62 Evandro deixou de ser uma criança desaparecida à época, não se trata e não se tratou,  
63 quando da criação do SICRIDE, como uma criança desaparecida, pelos motivos  
64 óbvios, então não há nada na nossa unidade com relação ao Caso Evandro em si. É  
65 importante já desde então, desde pronto, destacar isso. O que nós temos na nossa  
66 unidade, no SICRIDE, são cópias dos procedimentos relacionados ao Leandro, e  
67 acabam que há muitas coisas do Caso Evandro que foram levadas ao Caso Leandro,  
68 justamente por serem crianças desaparecidas na mesma época, na mesma cidade, e  
69 os casos acabarem tendo conexão entre si. Com relação ao Caso Leandro, então já  
70 esclarecendo de novo, que com relação ao Caso Evandro, nós, principalmente eu, que  
71 assumi o SICRIDE já muitos anos depois, não há nada que eu possa detalhar do Caso  
72 Evandro, nada a acrescentar, pois é algo que sequer veio para nós, ainda que como  
73 cópia ou como um caso a ser arquivado, ou pelo menos cópias desse procedimento. O  
74 que nós temos então são as cópias do Caso Leandro – há só que se acrescentar  
75 também que, diferentemente do que nós temos hoje, Dr. Olympio e Dr. Marques, que já  
76 estão nas Instituições há bastante tempo – hoje nós lidamos com procedimentos já  
77 com recursos tecnológicos, inquéritos digitais, procedimentos em que há a  
78 possibilidade de se extrair tudo o que se tem daquele procedimento. Esses  
79 procedimentos mais antigos acabaram rodando por muitos lugares. Para que os Sres.  
80 tenham uma ideia: quando eu tomei conhecimento do Caso Leandro, em que havia  
81 ainda possibilidade de se fazer algo, eu comecei então uma busca para se localizar  
82 onde efetivamente estaria o inquérito do Leandro, pois lá com a gente tinha cópias  
83 desse inquérito, e é importante notar, é possível perceber, que dentre as cópias alguns  
84 documentos são originais e outros não, então é preciso esclarecer toda essa  
85 conjectura, para que a gente possa entender toda a dificuldade de lidar com esses  
86 procedimentos. Aí então, em contatos com o Fórum de Guaratuba, inicialmente nos foi  
87 informado que o inquérito foi encaminhado para a Polícia Federal, e aí começamos  
88 contato com a Polícia Federal. A Polícia Federal diz que realmente foi encaminhado,  
89 mas que havia sido retornado para Guaratuba, e aí toda essa celeuma que se deu para  
90 se tentar descobrir. Não é nada fácil. A gente está tratando novamente de casos muito  
91 antigos. O sistema de arquivos tanto da Polícia quanto do próprio Fórum é bem  
92 precário nesse sentido, então diante de todo esse cenário, conversando com o Dr.

6

7  
8

93 Grochocki, da Polícia Científica, e analisando o que eu tinha de documentos sobre o  
94 Leandro – mais uma vez, são diversos volumes, mas nitidamente alguns volumes estão  
95 perdidos, não estão ali, não é exatamente a cópia original, alguns volumes estão  
96 perdidos – mas mesmo assim, analisando o que a gente tinha de documentação, e  
97 conversando com a Polícia Científica em reuniões que eu fiz com o Grochocki, que nos  
98 ajudou muito, percebemos que o que nós podíamos ainda levantar sobre o Caso  
99 Leandro seriam sempre provas técnicas. Em 92, quando ambos desapareceram, pelo  
100 que eu tive conhecimento nessa continuidade de investigação, vamos assim dizer, o  
101 DNA, o instituto de DNA, era muito insipiente. Um instituto em Belo Horizonte era  
102 pioneiro; aqui no Brasil era praticamente quem atuava nesse tipo de exames, os  
103 exames de DNA, e percebeu-se que na época, óbvio, houve a tentativa de se identificar  
104 o corpo localizado posteriormente ao do Evandro, já que todos à época imaginavam ser  
105 do Leandro, mas esse DNA resultou negativo, e informou-se que poderia então ser o  
106 corpo de uma menina – essa foi a consideração apontada pelo médico, o então único  
107 no Brasil que realizava esse tipo de exames, o único instituto, lá em Belo Horizonte, e  
108 aí eu percebi durante a investigação, conversando com o pessoal da Polícia Científica,  
109 que depois que se considerou que não seria o corpo do Leandro, com base naquela  
110 análise de DNA – que, novamente, à época era algo muito insipiente, usando técnicas  
111 que hoje são consideradas totalmente defasadas, mas que à época eram pioneiras –  
112 eu percebi que depois nada mais foi feito. Outros Delegados que acabaram pegando o  
113 caso após a criação do SICRIDE tentaram insistir nessa questão da coleta do DNA  
114 novamente, para se tentar novamente, já com base nas novas tecnologias, tentar  
115 novamente realizar esse DNA, e eu percebi então que depois de um certo tempo, acho  
116 que com o passar dos anos, e até mesmo o natural, digamos assim, desinteresse que  
117 vai se dando principalmente porque focou-se muito no caso do Evandro, e acabou se  
118 deixando um pouco de lado o caso do Leandro, e esse natural desinteresse, os anos  
119 se passaram, e a gente percebeu então que nunca mais se tentou nada com relação a  
120 isso, mesmo sabendo já que no ano de 2021 nós temos técnicas avançadíssimas de  
121 coleta de DNA. E aí então a nossa principal diligência atual no Caso Leandro é tentar  
122 novamente se realizar exames de DNA na ossada encontrada, para saber da  
123 possibilidade de ser do Leandro ou até de outra dos nossos cartazes de crianças  
124 desaparecidas. Então fizemos um levantamento dentre as nossas crianças, de todas as  
125 crianças que seriam possíveis, e esse procedimento é um procedimento agora que  
126 está em curso junto ao corpo da Polícia Científica, com o apoio inclusive do laboratório  
127 da Polícia Federal, já que é um DNA que demanda equipamentos tecnológicos muito  
128 avançados, então o Grochocki conseguiu essa parceria com a Polícia Federal. Hoje  
129 esse nosso levantamento, que é um pouco demorado por questões técnicas, está um  
130 procedimento avançado. Ainda esperamos algum resultado nesse sentido.  
131 Basicamente, então, da parte da Polícia, em relação ao Caso Leandro, foi pedida uma  
132 autorização judicial para que essa continuidade de procedimentos, principalmente  
133 técnicos e laboratoriais, fossem realizados – que foi autorizado pelo pelo Poder  
134 Judiciário, com análise também do Ministério Público. Então, da parte do SICRIDE,  
135 atualmente, é o que nós temos. Basicamente, uma investigação voltada ao caso do  
136 Leandro, já que com relação ao caso do Evandro, novamente, sempre importante  
137 destacar, que em nenhum momento passou para a alçada do SICRIDE; ficou sempre  
138 na alçada da Polícia Civil e do Poder Judiciário de Guaratuba. E aí, pelo que eu tomei

10  
11

139 conhecimento agora no início, o Dr. Luiz Carlos, o Dr. José Maria, que eram  
140 representantes da Polícia Civil na época já falaram, então talvez com relação ao Caso  
141 Evandro até eles até já tenham dado maiores esclarecimentos. E basicamente do  
142 SICRIDE então, de uma forma bem geral e bem ampla, é isso que nós temos, é o  
143 nosso cenário. Foi como nós tomamos conhecimento do Caso Leandro e como nós  
144 agimos desde então, sempre pautados nessa questão de exames laboratoriais,  
145 técnicos, na tentativa então de agora, com esses recursos tecnológicos, tentar  
146 identificar a ossada encontrada e até mesmo tentar um confronto, já que, à época, toda  
147 essa questão tecnológica é hoje considerada muito defasada, então há possibilidade,  
148 ao nosso ver, de talvez um resultado diferente do que foi registrado à época. Então, por  
149 início, é o que eu tenho de fato para esclarecer para os Sres. Obviamente estou à  
150 disposição. Peço desculpas, na primeira reunião não pude me fazer presente, então  
151 talvez não tenha ainda conhecimento exatamente de tudo o que foi apurado, de tudo o  
152 que foi conversado e debatido, e estou obviamente à disposição caso outros  
153 esclarecimentos se façam necessários, e basicamente é isso. Agradeço a  
154 participação.” **DR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO** pede a palavra: “Gostaria  
155 de fazer dois registros. Um em protesto, pelo que disse a Dra. Patricia, a quem eu  
156 admiro, mas quando quer se referir a alguma coisa antiga, traz o meu nome à tona.”  
157 “Dr., é com o maior respeito do mundo, porque eu sei que o Sr. e o Dr. Claudio só tem a  
158 acrescentar a esta iniciante.” “É que o legado é assim, Dr. Olympio. A gente já não  
159 conta a história; a gente é a história. Então é um elogio. Acolha como um grande  
160 elogio.” “Uma segunda observação, e aproveitando a experiência já da Patrícia e tal, e  
161 que é o objetivo do Grupo, era obter dela manifestação no sentido do que é possível se  
162 fazer para aprimorar a atuação do Estado como um todo nessa perspectiva da  
163 identificação o quanto antes, da localização o quanto antes de pessoas e  
164 principalmente de crianças desaparecidas. Eu acho que todo nós, na nossa atividade  
165 profissional, temos lá a nossa lista de objetivos a serem alcançados, de  
166 aprimoramento, então nessa perspectiva que eu acho que é possível uma contribuição  
167 importante da Dra. Patricia. E desculpe a brincadeira”. **ANGELA CHRISTIANNE**  
168 **LUNEDO DE MENDONÇA** diz: “Obrigada, Dr. Olympio. Eu, pessoalmente, tenho  
169 algumas questões, depois para dialogar com a Dra. Patricia, no sentido das  
170 contribuições em relação ao nosso Plano Decenal dos Direitos da Criança e outros  
171 encaminhamentos, mas acho que seria oportuno nós ouvirmos o Dr. Grochocki. Seja  
172 bem-vindo, Dr.”. **3.2 Relato espontâneo do convidado DR. LUIZ RODRIGO**  
173 **GROCHOCKI**: “Bom dia a todos e a todas. Uma grande satisfação estar aqui. É um  
174 prazer estar aqui com todos; agradeço o convite para participar desse Grupo. Acho que  
175 na mesma linha do que a Dra. Patricia já explanou, de forma muito didática até, a parte  
176 da Polícia Científica a gente pode contribuir com instrumentos para tentar chegar à  
177 solução desse tipo de caso de pessoas desaparecidas. Inclusive tem um projeto, que  
178 foi aprovado pelo próprio CEDCA, que é o Projeto DNA - Fim da Dúvida. A gente tem  
179 no país hoje em torno de oitenta mil pessoas desaparecidas, muitas delas são  
180 encontradas pelo trabalho que é feito pela Polícia; o Paraná tem em torno de sete mil  
181 por ano, número expressivo de pessoas desaparecidas. Muitas delas são encontradas,  
182 mas algumas ficam sem solução. Foi criado, a partir desse projeto DNA - Fim da  
183 Dúvida, aprovado pelo CEDCA, uma campanha nacional, através da Rede Integrada  
184 de Perfis Genéticos, que entrou para a Política Nacional de Busca de Pessoas



13  
14

185 Desaparecidas, que é uma iniciativa do Ministério da Justiça com o Ministério dos  
186 Direitos Humanos. Então, foi lançada essa campanha de coleta de material genético  
187 das famílias de pessoas desaparecidas para confronto com o material genético que a  
188 gente tem presente nos serviços de antropologia da Polícia Científica. Então, hoje  
189 mesmo eu passei ali na Antropologia, a gente está aqui em Curitiba com trezentas  
190 ossadas, distribuídas em pelo menos onze unidades da Polícia Científica. É coletado o  
191 material genético de todas essas pessoas não identificadas para confronto em nível  
192 nacional. Então esse material genético é inserido no Banco de Perfis Genéticos – pra  
193 quem não conhece, a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos é aquele banco  
194 de perfis genéticos criminal. É inserido os vestígios criminais dentro, para confronto de  
195 locais de crime, para possível identificação de autoria e locais de crime. Tem uma parte  
196 específica do Banco de Perfis Genéticos que é para pessoas desaparecidas, então foi  
197 criada, ele não tem nenhuma ligação com o banco de perfis criminais, foi criada essa  
198 parte do Banco para fazer o cruzamento a nível nacional, porque muitas vezes as  
199 pessoas desaparecem em um Estado e são encontradas em outro; desaparece em  
200 uma cidade e é encontrado em outra, e fica muitas vezes difícil de você ter uma  
201 ferramenta de cruzamento desses dados. Então o Banco de Perfis Genéticos é uma  
202 ferramenta fundamental para fazer esse tipo de cruzamento, e já está dando muito  
203 resultado. Recentemente a gente teve dois *matches* aqui no laboratório, após a  
204 campanha, que as famílias vieram procurar e coletaram os materiais genéticos, de dois  
205 casos de mais de dez anos. É uma ferramenta que traz até um alento. Uma família de  
206 São Paulo, que desapareceu em São Paulo e foi encontrado aqui no Paraná; e outra  
207 que era de Curitiba e foi encontrada a ossada na região de Tibagi. Então a gente tem  
208 uma série de resultados já, com essa integração de base de dados a nível nacional.  
209 Uma das ferramentas que a gente tem hoje disponível é a Rede Integrada de Perfis  
210 Genéticos. O Paraná precisa avançar um pouco para fazer o DNA mitocondrial, que é  
211 um equipamento que extrai o DNA mitocondrial, que é o DNA da mãe; uma ferramenta  
212 importantíssima, que o Paraná está buscando se aprimorar nessa técnica, e já com o  
213 auxílio do CEDCA a gente vai conseguir adquirir essa ferramenta muito em breve, que  
214 vai dar uma agilidade muito maior na busca dessas crianças desaparecidas, por conta  
215 da extração do DNA mitocondrial. A Polícia Científica, nesses casos de pessoas  
216 desaparecidas, essa é uma das ferramentas principais que eu acho que a gente tem  
217 que começar a divulgar mais. A gente fez uma campanha a nível nacional, com o  
218 lançamento da campanha, a Dra. Patricia tem nos ajudado bastante mandando as  
219 famílias para a coleta – a gente pode fazer a coleta em qualquer uma das nossas  
220 dezoito unidades no Estado. O Dr. Claudio Rezende também mandou – não sei se era  
221 de criança – mas ali no litoral um familiar, a gente foi coletar com uma pessoa tinha  
222 dificuldade de ir até a Unidade da Polícia Científica para coletar e a gente deslocou  
223 uma equipe da Polícia Científica para coletar o material genético na residência da  
224 família. A gente está ao máximo tentando achar o paradeiro dessas famílias que  
225 buscam há muitos anos os seus entes queridos. Então essa ferramenta da Política  
226 Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, que integra todas as bases de dados  
227 de material genético a nível nacional, eu acho que pode ajudar bastante no  
228 esclarecimento de uma série de casos que podem estar sem solução. É uma  
229 contribuição que eu queria dar, por parte da Polícia Científica, que esclarece um pouco  
230 da atividade que a gente pode auxiliar nesses casos, e fico à disposição sempre do

16  
17

231 Grupo para auxiliar com a parte técnica do que a gente tem de ferramentas e  
232 tecnologias para a gente encontrar a solução para esses casos que afligem as famílias.  
233 Gostaria de agradecer mais uma vez. Muito obrigado. Saudar mais uma vez, estou feliz  
234 de estar aqui com o Dr. Claudio, Dr. Olympio, Dra. Patricia, Dra. Angela, é uma grande  
235 satisfação estar aqui contribuindo com todos. Muito obrigado.” **4. Perguntas dos**  
236 **membros do GT: ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA**Adiz: “Obrigada,  
237 Dr. Grochocki. Nós também ficamos muito felizes com o avanço da tecnologia e  
238 também com a parceria com o Conselho Estadual de Direitos da Criança, nessa pauta  
239 de identificação de crianças e famílias. De fato o luto é uma necessidade, ele precisa  
240 ser vivido, e nesses casos é um luto sem fim, um sofrimento sem fim, realmente, a falta  
241 de respostas. Nesse sentido, então, acho que nós já podemos dar sequência às  
242 perguntas, às dúvidas, enfim, às contribuições dos colegas que compõem aqui o nosso  
243 Grupo. Eu abro então as inscrições para esclarecimentos e contribuições que o Grupo  
244 tenha nesta pauta de perícia e de intervenções mais técnicas aqui nessa pauta do  
245 desaparecimento de pessoas”. **SILVIO RENATO FERNANDES JARDIM** pergunta:  
246 “Bom dia, Dra. Patricia e Dr. Rodrigo. É uma satisfação estar falando com vocês; estou  
247 muito bem entre meus irmãos de armas, afinal sou policial federal aposentado. Estou à  
248 frente da Força Tarefa Infância Segura e também tenho a Dra. Patricia e o Dr. Rodrigo  
249 como nossos companheiros nessa caminhada da busca dos direitos das crianças e  
250 adolescentes. Especificamente sobre o Caso Evandro, então, para ser bem objetivo: o  
251 Dr. Rodrigo, em relação à Polícia Científica, o que tem deixado um vazio nas  
252 explicações sobre esse caso de tantos anos atrás, mas enfim, eu gostaria que, se  
253 fosse possível, informar pra gente o que a Polícia Científica tem de registro desse caso.  
254 O corpo do menino Evandro, foi feito exame de DNA? Foi comprovado que aquele  
255 corpo era dele? Enfim. O exame que foi feito não foi conclusivo? Eu gostaria, pra gente  
256 contextualizar a sequência dos nossos entendimentos, nossas compreensões, é saber  
257 se realmente o corpo que foi encontrado lá, o laudo pericial oficial determina que seja o  
258 corpo do menino Evandro. Porque, curiosamente, dois profissionais que estiveram  
259 conosco aqui, renomados, que estudaram o caso profundamente, que foi o cineasta,  
260 que fez o documentário, e a escritora, nossa colega, que escreveu um livro sobre o  
261 caso, eles têm entendimento absolutamente contraditórios. Enquanto o Ivan Mizanzuk  
262 tem a absoluta convicção de que aquele corpo que está lá é do menino Evandro, a  
263 nossa colega Vania Mara Welte que escreveu um livro e estudou profundamente o  
264 caso, tem a convicção de que aquele corpo não é do menino Evandro. Então, só para  
265 vocês terem uma ideia da dificuldade de compreensão para todos nós, e neste  
266 momento, ouvindo profissionais que estão voltados à área técnica do caso, eu gostaria  
267 de ouvir se da Polícia Científica então qual é o laudo conclusivo, o que tem no histórico  
268 do Caso Evandro a respeito do exame do corpo que foi feito. Obrigado”. **DR. LUIZ**  
269 **RODRIGO GROCHOCKI** responde: “Muito bom dia, Dr. Silvio, é uma satisfação estar  
270 com o Senhor aqui também. Sempre muito agradáveis suas palavras. Eu até busquei  
271 aqui no nosso sistema, quando eu fui convidado, para ver os registros desse caso, só  
272 que a Polícia Científica começou a registrar em sistema, nossos laudos são eletrônicos  
273 agora, desde 2014. Então provavelmente, como é um caso muito antigo, ele vai estar  
274 em arquivo público. Então teria que resgatar toda a produção. Até como a Dra. Patricia  
275 falou, é difícil de buscar o material para se estudar o caso. Então eu até busquei aqui  
276 na Polícia Científica e não tem armazenados os registros eletrônicos desses laudos.

19  
20

277 Deve estar em arquivo público todo o material produzido à época pela Polícia  
278 Científica. Quanto à parte de identificação, se há uma controvérsia aí, acho que o mais  
279 correto é a gente pegar o laudo e ver o que o laudo apontou à época, se foi possível a  
280 identificação à época. Porque a gente tem três tipos de identificação primárias: uma é  
281 por impressão papilar, que são as impressões digitais; a odontologia legal – então,  
282 aproveitando aqui, a gente até fez uma campanha recente com o Conselho Regional  
283 de Odontologia, para se preservar os prontuários odontológicos, que é fundamental  
284 para a gente fazer a identificação. Também um relato de caso: recentemente, a gente  
285 conseguiu a identificação de um desaparecido há onze anos, pela odontologia legal. E  
286 a outra forma de identificação primária, dos manuais da Interpol, é o DNA. Aí nós temos  
287 as identificações secundárias, que são as vestes, uma série de outras investigações  
288 secundárias que não são conclusivas, elas podem ser indícios para a gente buscar  
289 outras formas de identificação. Precisaria resgatar esses documentos para a gente  
290 tentar dirimir essa controvérsia e ver se a tecnologia hoje poderia ajudar, com a  
291 evolução tecnológica, ajudar a dar um parecer conclusivo sobre isso. Talvez muitos  
292 desses casos, com o trabalho que a Dra. Patricia está fazendo, possam ser resolvidos  
293 agora com essa campanha nacional de desaparecidos, que a gente vai ter. Achando a  
294 maioria desses desaparecidos, talvez comece a ficar um número bem menor de casos  
295 em aberto. Uma das formas que a gente está buscando hoje para resolver dirimir esses  
296 casos que estão em aberto ainda é com esse trabalho de busca de familiares para  
297 fazer o confronto com o material genético que a gente tem hoje. É um trabalho difícil.  
298 Só para os Senhores terem uma ideia, em alguns casos a gente tem que fazer onze  
299 extrações de material genético do osso para tentar chegar a um perfil genético que  
300 possa ser inserido no Banco. Além de ser um trabalho demorado, ele também é um  
301 trabalho que tem um custo elevado, por conta dos insumos que demandam nesses  
302 exames. Então a gente está fazendo essa campanha, e eu acho que muitos desses  
303 casos vão poder ser resolvidos com essa comparação dos familiares com o material  
304 genético. Aí, se eu tiver em mãos, se estiver disponíveis esses laudos, a gente pode  
305 ver qual o melhor caminho seguir. Se faz novo confronto genético, se é possível fazer  
306 ainda. Talvez seja uma alternativa, mas teria que estudar o caso para ver o que a gente  
307 tem de possibilidade para se adotar. Não sei se era isso, Dr. Silvio. Agradeço a  
308 pergunta e fico à disposição para mais questionamentos”. **DRA. PATRICIA NOBRE**  
309 responde: “Silvio, tudo bem? Entrando um pouquinho na sua pergunta. Novamente, só  
310 pra lembrar é muito mais uma contextualização, até a nível de opinião, do que  
311 conhecimento efetivo, já que como eu falei para os Senhores de início que o Caso  
312 Evandro eu nunca tiver oportunidade de ter em mãos, pois ele ficou no âmbito de um  
313 homicídio, não chegou a ser tratado como um desaparecimento. Mas em relação com  
314 essa questão, eu conheço muito bem a opinião e a direção do Ivan Mizanzuk, já que a  
315 gente acabou tendo bastante contato nesses últimos dois anos; a outra escritora eu  
316 não tenho conhecimento tão aprofundado. Mas com relação à questão do corpo do  
317 Evandro, eu sei que há sim essa duplicidade, digamos assim, de opiniões, mas o corpo  
318 de Evandro foi feito exame também à época, pelo que eu tenho conhecimento, até  
319 acabou sendo de conhecimento público. E só para poder pegar um gancho com o que  
320 o Dr. Grochocki falou, só para demonstrar para você a dificuldade real de conseguir  
321 acesso às informações muitos anos depois, principalmente considerando que no  
322 decorrer dos anos 2000 a gente teve uma revolução digital e de tecnologia de

22  
23

323 informação como um todo, então muita da dificuldade que a gente tem de acesso para  
324 conseguir documentos da época, para nós hoje parece até um pouco intuitivo de se  
325 considerar ali uma eventual, como eu acredito que existe muito nesse caso, eventuais  
326 teorias da conspiração, de que algo sumiu ou de que algo aconteceu necessariamente  
327 por conta de alguém direcionando nesse sentido. Hoje, para nós, nós estamos sempre  
328 analisando com base no que existe hoje. A gente sabe que hoje tudo o que a gente tem  
329 de recursos tecnológicos, de facilidade de acesso a informações, a arquivo de  
330 informações como um todo, tudo na nuvem, é muito difícil conseguir visualizar como  
331 era antigamente. Então sempre que eu analiso, eu fico tentando sempre parar e pensar  
332 ‘Certo, mas como funcionava à época?’. Então, só novamente pegando um gancho na  
333 explicação do Grochocki, é bem isso. Nessas buscas e tentativas que eu fiz em relação  
334 ao Caso Leandro, novamente, era sempre impressionante que em algum momento ‘Ah,  
335 em 93 pegou fogo e todos os arquivos da Polícia Científica que estavam em Guaratuba  
336 vieram para Curitiba e com isso muita coisa se perdeu’. Então assim, só para  
337 contextualizar realmente a dificuldade de lidar com casos antigos, considerando antigos  
338 pós uma era, como eu disse no início, de revolução. Talvez um caso de 2020, que vá  
339 ser analisado em 2050, se for acontecer, talvez as facilidades de acesso às  
340 informações sejam muito diferentes do que a gente analisar em 2021 um caso de  
341 1992. Só para contextualizar vocês um pouco das nossas dificuldades no decorrer  
342 desses levantamentos”. **DR. CLÁUDIO MARQUES ROLIN E SILVA** pergunta: “De fato,  
343 as dificuldades são grandes. Hoje, por exemplo, eu fiz uma crítica às poucas diligências  
344 que eram feitas nos inquéritos policiais de homicídios antigos, e eu fui pesquisar, e uma  
345 das razões é que a Delegacia de Homicídios há um tempo tinha apenas cinco  
346 investigadores de polícia para investigar todos os crimes de homicídio da capital. Então  
347 era uma coisa assim praticamente impossível. E com o comportamento nosso,  
348 principalmente como crítico literário, é fácil; o difícil é ter escrito o livro na época em  
349 que os fatos estavam acontecendo, com as limitações que existiam. Mas com essa  
350 questão do corpo do Evandro, toda vez que eu tenho uma dúvida eu recorro ao Ivan  
351 Mizanzuk, porque ele teve aos autos, ele pesquisou, ele foi afundo naquela questão.  
352 Só que, nessa questão do Evandro, especificamente, a Vania, que é a escritora daquele  
353 livro fantástico, inclusive, ela chegou a entrevistar a pessoa que assinou o laudo do  
354 DNA, e ele também – a Dra. Patricia está dizendo que esse exame de DNA, a  
355 tecnologia na época não é tão confiável – e a gente percebe que, segundo entrevista  
356 que a Vania fez com ele, até o próprio autor que assinou o laudo, ele também tinha as  
357 suas dúvidas. Então, essa questão que o Dr. Grochocki diz que vai analisar  
358 posteriormente a possibilidade de repetir o exame, se há condições de repetir, eu  
359 considero muito importante, porque nós estamos criando nessa questão de avaliação  
360 de erro judiciário o que nós chamamos de ciclo integral de verificação de evidências.  
361 Ou seja, você vai descobrir perfeitamente se o erro foi decorrente de uma falta de  
362 conclusão das diligências que eram possíveis ou se evitou se fazer algumas diligências  
363 para possibilitar um pedido de prisão temporária, um pedido de prisão preventiva. É o  
364 que eu chamo de método de tortura moderna para forçar delações, para forçar  
365 confissões. Nesse caso, eu acredito que o Estado tenha que ser responsabilizado, até.  
366 Mas era essa questão. Até o Dr. Grochocki praticamente já respondeu. Era isso que eu  
367 ia perguntar, se havia essa possibilidade de repetição desse exame, com a tecnologia  
368 que existe hoje em matéria de DNA. Essa o Grochocki já respondeu. Eu gostaria de



25  
26

369 perguntar para a Dra. Patricia sobre esses autos do Leandro Bossi. Porque o Dr. Carlos  
370 nos informou na outra ocasião que havia também desaparecido um inquérito policial a  
371 respeito da investigação da Seita LUS, e também agora foi relatado que não sei se  
372 desapareceram partes e tal. Mas enfim, parece ali que Guaratuba eu não sei qual é a  
373 dificuldade, mas desaparece muita coisa – chama a atenção esse aspecto. Se esse  
374 inquérito do Leandro Bossi está realmente desaparecido ou se são somente partes  
375 dele que não foram encontradas”. **DRA. PATRICIA NOBRE** responde: “Dr., como eu  
376 disse na minha explanação inicial, o que nós temos lá no SICRIDE são cópias de  
377 volumes do inquérito do Leandro Bossi. Alguns documentos são originais, outros são  
378 cópias, e nessa minha busca, nesse último ano, incessante para saber se existia de  
379 fato o inquérito original integral do Leandro, busquei em Guaratuba, busquei na Polícia  
380 Federal, e como eu disse para os Senhores, a dificuldade de se conseguir respostas,  
381 principalmente porque os arquivos antigos havia toda uma dificuldade, e nesse caso do  
382 inquérito do Leandro, esse inquérito saiu da Polícia Civil, foi para a Polícia Federal, e  
383 por ser inquérito físico ele tramitava fisicamente entre essas instituições. De fato, o que  
384 eu tenho para informar para os Senhores é: quando eu entendi que era possível ainda  
385 fazer diligências no sentido de, principalmente diligências de cunho da Polícia  
386 Científica, laboratoriais, eu acabei cessando um pouco a minha busca pelo inquérito  
387 em si e acabei pedindo, junto ao Poder Judiciário de Guaratuba, uma restauração dos  
388 autos com base nos autos que eu tinha, porque o que eu tinha era suficiente para fazer  
389 esses pedidos, baseado sempre, única e exclusivamente, em questões técnicas. Não  
390 há nenhum pedido de oitiva de pessoas novamente, os nossos pedidos são sempre de  
391 origem técnica. Então, o que eu fiz foi: pedi uma restauração dos autos com base no  
392 que eu tinha e enfim, parar de tentar saber o que era original, o que não era, se  
393 realmente estava tudo completo e onde estaria de fato esse inquérito completo, físico.  
394 Essa é a diligência que a gente fez, por entender que era o suficiente o que a gente  
395 tem no SICRIDE para que a gente possa dar continuidade e quem sabe então, com a  
396 ajuda da Polícia Científica, com a ajuda da Polícia Federal também, identificar a ossada  
397 encontrada e que está no bojo do inquérito do Leandro. Lembrando que do caso do  
398 Evandro não cabe a nós, não temos essa pertinência de pedir ou não outras  
399 diligências”. **ANA RAGGIO** pergunta: “Eu gostaria de perguntar inicialmente, na  
400 verdade, agradecer a presença da Dra. Patricia e do Dr. Luiz Grochocki; é de extrema  
401 importância, pessoas com diversas atribuições. A gente agradece a participação. Eu  
402 gostaria de perguntar: a gente tem tido diversas falas no âmbito desse Grupo de  
403 Trabalho que apontam para uma dificuldade na guarda de provas e no exame de local  
404 de crime. Meu questionamento é pensando para frente, para os próximos casos, se  
405 existe atualmente no âmbito da Polícia Civil um protocolo fixado de como proceder com  
406 relação à guarda de provas e aos exames de local de crime. Então, essa seria uma  
407 pergunta inicial. Um outro âmbito que tem sido tratado nesse Grupo de Trabalho são as  
408 dificuldades enfrentadas em razão das manifestações da mídia sobre o caso. Então,  
409 por muito tempo a gente chegou a falar aqui no âmbito desse Grupo de Trabalho sobre  
410 a possibilidade de ter havido uma condenação às pessoas que foram acusadas de  
411 terem cometido o crime já pela imprensa, antes mesmo de que houvesse provas  
412 suficientes para resolver o caso. Então, gostaria de perguntar para a Dra. Patricia como  
413 é o seu entendimento sobre a interferência da mídia na investigação desse tipo de  
414 crime de desaparecimento ou outros crimes com os quais a Senhora vem trabalhando.

28  
29

415 Era isso, muito obrigada”. **DRA. PATRÍCIA NOBRE** responde: “Obrigada, obrigada pela  
416 pergunta, obrigada pelas considerações. Com relação à interferência da mídia, que foi  
417 a segunda pergunta, iniciando por ela. Com certeza todos nós que trabalhamos nessa  
418 área de crimes, sejam representantes da Polícia Civil, seja do Ministério Público e até  
419 do Poder Judiciário, nós sabemos sim que a mídia tem um papel fundamental,  
420 importante, de informação, mas ao mesmo tempo nós sabemos também que ela pode  
421 ser de extrema prejudicialidade também para os nossos trabalhos. Em muitos casos a  
422 mídia acaba condenando, acaba dando uma condenação, uma exposição, e isso  
423 muitas vezes, quando o caso ainda está em investigação, acaba-se infelizmente  
424 direcionando algumas atividades nesse sentido. No caso do Evandro, novamente, ele é  
425 um caso que eu estou aqui para falar mais de forma técnica, desde o início eu deixei  
426 bem claro que não cabe a mim de forma técnica falar, mas já que a pergunta foi até um  
427 pouco mais opinativa, nesse sentido, pelo que eu conversei bastante com o Ivan, eu  
428 estudei o caso, até porque para estudar o caso do Leandro a gente passa pelo caso do  
429 Evandro sim, ainda talvez não de forma oficial, tendo acesso de forma oficial aos autos,  
430 mas acaba que algumas informações coincidem no inquérito do Leandro com o  
431 inquérito do Evandro. Então, foi possível perceber, sem fazer juízo de valor entre as  
432 forças, mas é possível perceber que a Polícia Civil iniciava um trabalho de  
433 investigação, que não é um trabalho fácil; o trabalho de investigação, principalmente  
434 em casos tão complexos como esse, ele é um trabalho que demanda uma certa  
435 paciência e um certo cuidado com o que se está levantando, e aconteceu ali então de  
436 haver essa interferência da Polícia Militar, questão de atribuições, não estou aqui para  
437 instruir em detalhes tão mais complexos no nosso entendimento, mas, enfim, e  
438 nitidamente a pressão popular, nesse caso especificamente, pelo que a gente pode  
439 perceber, ela praticamente cessou qualquer outra viabilidade de investigação, porque  
440 de tanto o tamanho da sua força no sentido de já ter sido encontrado os autores dos  
441 fatos, e novamente peço até licença, mas até uma análise do que eu também tomei  
442 conhecimento, algumas partes até como vocês pelo documentário do Ivan, pelas  
443 conversas, alguns fatos até oficialmente por questão também de alguns detalhes no  
444 inquérito do Leandro, mas é muito mais uma visão de opinião. Com certeza nos dias de  
445 hoje há diversos protocolos da Polícia Civil, normativas, portarias, que delimitam todo  
446 nosso trabalho de levantamento de local de crime, e como eu disse na minha fala  
447 anterior, atualmente toda essa questão de gestão da prova junto à Polícia Científica,  
448 aos laboratórios, à coleta de DNA. Para vocês terem uma ideia, todos os nossos  
449 desaparecidos junto nessa ação desse Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas,  
450 todos os nossos DNAs estão preservados das famílias dos desaparecidos. Então,  
451 eventualmente, se daqui a dez, quinze anos for encontrada uma ossada, a gente vai  
452 poder fazer esse comparativo com os familiares das crianças desaparecidas. Então,  
453 hoje falar de gestão de prova e de armazenamento de informações é até – me fugiu a  
454 palavra – em comparação com antigamente é até um pouco desleal, digamos assim,  
455 porque não tem comparação. E sim há diversos protocolos. Acredito que talvez  
456 eventuais problemas que ocorreram no passado, eles não se repetiriam já nos dias  
457 atuais”. **ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA** fala: “Muito bem.  
458 Obrigada, Dra. Patrícia. Dr. Rafael e na sequência o Marcel. Eu realmente não vi ele  
459 solicitando inscrição, mas enfim, peço que a equipe técnica me ajude a organizar essa  
460 solicitação. Então, Dr. Rafael e depois nosso colega Marcel”. **RAFAEL MOURA**

31  
32

461 sepronuncia: “Obrigado, Angela. Bom dia a todos e todas, em especial a Dra. Patrícia e  
462 o Dr. Grochocki. Muito obrigado pelas explicações que nos trouxeram, pelos  
463 esclarecimentos. Acho que foram de muita valia para que nós entendamos melhor  
464 como funciona o trabalho de vocês e como que nós podemos dialogar e eventualmente  
465 trazer alguma contribuição para melhoria dos trabalhos e da política de busca de  
466 pessoas desaparecidas. Eu trabalho no Ministério Público do Estado do Paraná e eu  
467 estou encarregado de tocar o PLID, o nosso Programa de Localização e Identificação  
468 de Pessoas Desaparecidas, que faz parte do Sistema Nacional de Localização e  
469 Identificação de Pessoas Desaparecidas, o SINALID. Acredito que a Dra. Patrícia e o  
470 Dr. Grochocki já tenham ouvido falar do SINALID, que basicamente é um conjunto de  
471 ações do Ministério Público brasileiro que trabalha com o tema, e principalmente traz  
472 um sistema nacional que armazena informações de pessoas desaparecidas, oriundas  
473 dos mais diversos órgãos e também faz a comunicação entre os sistemas. Isso já  
474 começou no Rio de Janeiro desde 2011, de maneira exitosa, e aos poucos tem sido  
475 levado o sistema para os Estados e chegou ao ponto agora de estarmos em fase final  
476 que o SINALID, esse sistema, seja utilizado pelo Governo Federal como o sistema em  
477 âmbito nacional brasileiro de maneira oficial. Hoje de maneira extraoficial praticamente  
478 já é essa função que o SINALID desenvolve, mas vai ser adotado como sistema em  
479 âmbito nacional para cumprir com a lei da Política Nacional de Buscas de Pessoas  
480 Desaparecidas, Lei 13.812 de 2019. Então, aqui no Estado do Paraná nós ainda  
481 estamos em uma fase inicial de utilização do sistema. Nós, um pouquinho antes, um  
482 mês antes do início da pandemia, buscamos a Polícia Civil, tanto o Dr. Rockenbach no  
483 primeiro momento e no segundo o Dr. Castelo, que é o coordenador da informática, se  
484 não estou enganado é do setor de informática, e ali nós já travamos algumas  
485 conversas iniciais e ficou definido que era possível haver essa comunicação entre os  
486 sistemas da Polícia Civil, que têm todos os dados de pessoas desaparecidas nesse  
487 sistema nacional que interliga policias do Brasil todo, hospitais, albergues, todos os  
488 órgãos que tenham alguma informação a respeito de pessoas desaparecidas. Eles  
489 utilizam esse sistema de maneira que nós do Paraná também temos condições tanto  
490 de aportar informações, quanto receber em tempo real essas informações. Eu quando  
491 soube do sistema até fiquei surpreso, porque era uma lacuna meio óbvia. Como que o  
492 Brasil até o momento não tinha um sistema que integrasse de maneira que, acredito  
493 eu, o trabalho tinha que ser feito de maneira artesanal. Tinha que ir de hospital em  
494 hospital, de cidade em cidade buscando informações, ligando, mandando e-mail.  
495 Conversamos com o Dr. Castelo para fazer essa comunicação e conectar a Polícia  
496 Civil, Polícia Militar, mas enfrentamos uma dificuldade, que é a falta de uma pactuação  
497 jurídica, uma formalização jurídica, e o Dr. Castelo e equipe precisavam desse termo.  
498 Então, veio a pandemia e atrasou tudo, tivemos novas prioridades e agora, de uns  
499 meses para cá, nós, por meio da Procuradoria Geral de Justiça, o Dr. Gilberto Giacoia,  
500 enviamos um ofício com a proposta de um termo para a SEJUF, para o Secretário de  
501 Justiça, para o Secretário de Segurança Pública, para o Tribunal de Justiça, Defensoria  
502 Pública”. **REGINA BLEY** complementa: “Polícia Rodoviária Federal”. **RAFAEL MOURA**  
503 continua: “Polícia Rodoviária Federal, que está interessadíssima em participar aqui no  
504 Paraná do sistema, para que a gente conecte todas as entidades, todos os órgãos e  
505 comece a utilizar o sistema aqui no Paraná. Então, minha primeira pergunta, e  
506 principal, é se vocês conhecem o sistema, se acham interessante fazer uso e, a partir

34  
35

507 do sistema, eu acho que uma outra medida que a gente inclusive sugeriu já de início  
508 dos trabalhos da comissão, foi a reativação do Comitê Estadual de Pessoas  
509 Desaparecidas, para não apenas a gente ter um sistema informatizado que todos  
510 utilizem, mas que principalmente a gente busque, dando cumprimento a essa  
511 legislação federal e a nossa legislação estadual, busque criar uma cultura de debate a  
512 respeito das políticas públicas de pessoas desaparecidas, de contínuo  
513 aperfeiçoamento, de troca de figurinhas, saber quais são as dificuldades, o que cada  
514 um pode fazer, até mesmo campanhas em nível estadual que a gente possa  
515 desenvolver, articulando o máximo de instituições, sem obviamente a gente fazer  
516 pouco caso, ao contrário, das já extraordinárias iniciativas que a Polícia Civil  
517 principalmente tem desenvolvido nessa área. A gente sabe que a Polícia Civil é  
518 reconhecida por ostentar números bastante interessantes na descoberta e eficiência  
519 desses trabalhos de busca de pessoas desaparecidas, mas acho que a gente pode  
520 ajudar nesse trabalho e trazer mais instituições, para não deixar a Polícia Civil sozinha  
521 carregando esse piano já tão pesado, tão difícil. A segunda observação que eu gostaria  
522 de fazer: quando o Dr. Grochocki falou sobre essa campanha que foi feita em nível  
523 nacional da realização de exames de DNA com os familiares de pessoas  
524 desaparecidas, um trabalho super difícil. Eu vi que no Paraná, acho, se não me  
525 engano, cento e dez famílias foram atendidas. Então, eu fiquei imaginando aqui quando  
526 o Dr. disse que às vezes em alguma pessoa tem que fazer cinco vezes o mesmo  
527 exame. Então, imagino o trabalho que não teve os envolvidos com essa iniciativa aqui  
528 no Paraná, considerando que cento e dez pessoas foram submetidas a esses exames.  
529 Nessa perspectiva, a gente tem uma notícia muito boa, que eu também não sei se a  
530 Dra. Patrícia e o Dr. Grochocki sabem. Saiu agora dia 13/08, no sentido de que o  
531 SINALID, esse sistema nacional que foi criado inicialmente pelo Ministério Público do  
532 Rio de Janeiro, mas que agora já pertence a todo mundo, a todos os órgãos e  
533 instituições que trabalham com essa política, esse sistema absorveu agora e passou a  
534 incorporar, foi aperfeiçoado para incorporar as informações que foram coletadas nessa  
535 campanha de coleta de amostras genéticas. Então, vejam que interessante que agora  
536 até esse material que o Dr. Grochocki citou que já está em um banco nacional, também  
537 agora compõe o Banco Nacional do SINALID. A ideia do SINALID não é de substituir os  
538 sistemas já existentes, mas é conectar todos para que se comuniquem e sejam  
539 acessíveis a todos os órgãos que trabalham com essa política. Uma outra informação  
540 que eu gostaria de trazer é que aqui no Paraná, por mais que a gente não tenha  
541 formalizado o SINALID e não acesse o principal banco de informações, que é o banco  
542 da Polícia Civil, e nem ainda a Polícia Civil esteja cadastrada para também fazer uso  
543 do SINALID, a gente, durante a pandemia, conversou com vários hospitais, sobretudo  
544 os hospitais que estão atendendo as pessoas vitimadas pela COVID, as pessoas que  
545 estão em tratamento de Covid, e esses hospitais receberam esse nosso comunicado  
546 com grande boa vontade e passaram a se credenciar. Então, até hoje a gente tem  
547 recebido pedidos de hospitais que estão se conectando ao SINALID para trazer  
548 informações sobre as pessoas que eventualmente estejam desaparecidas, que estejam  
549 em situação de possível desaparecimento que se encontrem nas suas dependências.  
550 Então, essa mínima provocação que a gente fez nos hospitais já gerou esse efeito  
551 super positivo. Então, eu acho que na hora que a gente tiver isso formalizado e  
552 rodando o sistema no Paraná, a gente vai conseguir atrair um número significativo de



37  
38

553 outras instituições para fazer uso do SINALID, tanto para consultar quanto para trazer  
554 informações. Então, a minha segunda observação/pedido é de que os Dres., além de  
555 ouvir sobre o SINALID, se possível que vocês nos ajudem na tramitação interna da  
556 Secretaria de Segurança Pública, em especial na Polícia Civil, para que a gente dê  
557 celeridade e consiga celebrar esse termo de convênio o quanto antes para fazer rodar  
558 o SINALID. Por fim, minha terceira observação é de que a gente também entende  
559 necessário a reativação da política e de um comitê aqui no Paraná. Também gostaria  
560 de ouvir sua opinião sobre esse ponto. E também, agora para finalizar mesmo, gostaria  
561 de saber de vocês como tem sido feito o atendimento psicossocial das famílias de  
562 pessoas desaparecidas, se esse atendimento já existe uma política específica, que  
563 encaminhamento tem sido dado, se vocês acham que também tem alguma lacuna,  
564 algo a ser melhorado provavelmente existe, mas tem algo tão urgente, tão visível que a  
565 gente possa buscar melhorar nesse atendimento dessas pessoas. Que até a Ana  
566 Raggio, acho que em um encontro passado, falou da dificuldade de conversar com  
567 familiares de pessoas desaparecidas, porque elas não têm nem o direito de celebrar,  
568 de viver o luto, então são pessoas que estão em estado de fragilidade enorme, e não  
569 sei nem se a gente tem o preparo suficiente para receber essas pessoas, e isso se  
570 agrava quando a gente não tem condições de fazer os encaminhamentos  
571 psicossociais, médicos e toda a assistência que essas pessoas precisam. Gostaria de  
572 ouvi-los a esse respeito. Muito obrigado pela oportunidade aqui e mais uma vez  
573 agradecido pela possibilidade de diálogo com vocês no dia de hoje”. **ANGELA**  
574 **CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA** fala: “Pode fazer a resposta, Dra.”. **DRA.**  
575 **PATRÍCIA NOBRE** responde: “Eu já tinha levantado a mãozinha, e se meu marido  
576 estivesse assistindo aqui ele ia falar assim ‘Tira a Patrícia da sala se não só ela fala’,  
577 mas depois eu deixo o Dr. Grochocki falar, prometo. Dr. Rafael, prazer, bom te  
578 conhecer, desde já me colocando à disposição. Eu tinha levantado a mãozinha logo no  
579 início da sua fala para fazer uma consideração bem interessante do que o Senhor  
580 estava falando da falta de integração e de algumas coisas que aparecem às vezes,  
581 quando a gente vai pensar até um pouco bizarra assim. Quando eu comecei a estudar  
582 o caso do Leandro, uma coisa que me chamou muita atenção e depois eu acabei –  
583 sempre como eu falei, tentando entender como era na época e não com a cabeça de  
584 hoje, que a gente tende a fazer análise com o nosso pensamento de hoje, com as  
585 nossas experiências e vivências atuais. Quando eu comecei a levantar o caso do  
586 Leandro, uma coisa que me chamou muita atenção, não sei se todo mundo tem  
587 conhecimento, acredito até que tenham, mas só bem rapidamente: foi localizada uma  
588 ossada bem próximo onde foi localizada a do Evandro, e na época tinham certeza que  
589 seria do Leandro, até porque era a criança desaparecida da cidade. E então foi  
590 encaminhado para esse instituto em Belo Horizonte, e alguns meses depois voltou a  
591 resposta de que não seria compatível com a do Leandro e que entendia o médico que  
592 provavelmente seria de uma menina. Sempre lembrando com base do DNA da época.  
593 Isso tudo que a gente está revivendo agora para ver realmente se isso procede, mas o  
594 mas o mais engraçado é que analisando o inquérito eu falava assim ‘Certo, mas Ok,  
595 não era do Leandro, mas e aí?’. A minha percepção com base nos documentos que eu  
596 tenho é que ‘Ok, não era do Leandro e ninguém fez mais nada’. Não se buscou ‘Ah,  
597 está bom, não era do Leandro, mas é uma ossada de criança, e aí?’. **RAFAEL MOURA**  
598 fala: “A política era só buscar o Leandro, se não era do Leandro, então...” **DRA.**

40  
41

599 **PATRÍCIA NOBRE** continua: “Exato! E de novo, eu penso assim, eu paro e penso que  
600 não tinha toda essa facilidade de comunicação, as unidades muitas vezes não se  
601 conversavam, acredito, tenho certeza que deve ter sido feito ofícios encaminhando  
602 para que fosse feita uma análise, mas essa dificuldade toda de conectar e de transmitir  
603 as informações fez-se muito tempo com o que alguns casos ficassem assim. Tanto que  
604 eu falei ‘Gente, mas vamos analisar que as crianças desaparecidas tem várias’. Tem  
605 uma que é uma menina inclusive, e é isso inclusive que junto com o Dr. Grochocki a  
606 gente está tentando agora e vamos ver se vai ser possível, já que é um procedimento  
607 de DNA bem difícil, mitocondrial, como ele explicou ali, do DNA da mãe, mas enfim, é a  
608 esperança, vamos ver. Mas enfim, isso tudo eu achei interessante colocar, porque tem  
609 um pouco de pertinência com essa questão até do seu pedido de opinião desse  
610 sistema do Ministério Público. Confesso que já ouvi falar, mas muito superficialmente.  
611 Então, até peço e aproveito a oportunidade para pedir para que o Dr. depois pegue o  
612 meu contato, e se a gente puder conversar um pouco mais, que acho super  
613 interessante. É algo que eu vejo desde o início, apesar de tudo ainda assim da  
614 dificuldade de integração com outros órgãos, com outras polícias e aí sim, porque essa  
615 legislação 13.812, salvo engano de 2019, essa política em âmbito federal é  
616 importantíssima, porque, por exemplo, junta até o Plano Decenal, a Dra. Angela está aí,  
617 há ideias de criação de um Alerta AMBER em nível estadual, mas eu sempre entendi  
618 que, até estudando um pouco da legislação americana, enfim, entendi que isso deveria  
619 vir mesmo do âmbito federal, porque seriam medidas que se forem realmente  
620 implementadas, elas vão interferir, por exemplo, na questão das operadoras de  
621 telefonia e toda essa legislação. Entendo que ela tem que ser de âmbito legislativo  
622 federal, até para a gente não incorrer em uma eventual inconstitucionalidade, enfim,  
623 mas são detalhes mais específicos, mas sim, é super necessária essa integração. Aqui  
624 no Paraná, por exemplo, temos cidades como a própria Guaratuba, são cidades muito  
625 próximas de outro Estado, então a gente não pode focar só ‘Estamos tratando do  
626 desaparecimento no Paraná e vamos analisar o que a gente tem no Paraná’. Hoje em  
627 dia a facilidade, a pessoa está em uma região próxima à fronteira inclusive, quando se  
628 trata de Paraná. Então, sim, é muito necessário, é muito importante. O Dr. Olympio logo  
629 no início, o primeiro questionamento que ele fez, a primeira participação dele, ele  
630 questionou o que a gente entende que é muito importante, e tudo que eu entendo que  
631 é de suma importância para os casos que virão ocorrer. A gente evita, espero até que  
632 no mínimo possível, mas a gente sabe que para que a gente evite, para que a gente  
633 previna e para que a gente possa ainda cuidar dos casos antigos, ao meu ver eles são  
634 todos voltados a essa questão de tecnologia de informação, de compartilhamento,  
635 porque a gente sabe que os casos não são mais restritos àquela localidade, e a  
636 agilidade com que a gente pode trocar informações, trocar dados, ela pode ser  
637 fundamental para que a gente possa resolver casos, para que a gente possa prevenir e  
638 até fazer campanhas, enfim, toda essa questão. Vou deixar o Dr. Grochocki falar  
639 também, se não ele briga comigo”. **ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE**  
640 **MENDONÇA** fala: “Só uma parte, Dr., se me permite, para fins de esclarecimento. Em  
641 um dos eventos que nós tivemos com o Ministério da Família, Mulher e Direitos  
642 Humanos, houve a informação do Deputado Federal Francischini de que há um projeto  
643 de lei já em trâmite na Câmara dos Deputados, justamente tratando dessa pauta do  
644 Alerta AMBER, e como essa é uma meta do nosso Plano Decenal aqui no Paraná, eu

43  
44

645 peço à equipe técnica que faça uma consulta da existência desse projeto de lei; e  
646 também, como encaminhamento do Grupo, que nós possamos fomentar junto à  
647 bancada de deputados paranaenses a agilização dessa pauta nesse sentido, para que  
648 nós possamos então, à luz de uma legislação federal, implementar isso no Paraná, já  
649 atendendo essa meta do Plano Decenal. Dr. Grochocki, por favor, a fala é sua”. **DR.**  
650 **LUIZ RODRIGO GROCHOCKI** fala: “Muito obrigado. Dr. Patrícia, é sempre uma honra  
651 ouvi-la falando. Muito esclarecedora e didática como sempre. Acho que,  
652 complementando a fala do colega do Ministério Público, o que a gente vê sempre é  
653 uma redundância de projetos na mesma área. Então, durante muito tempo teve a parte  
654 dos desaparecidos no Ministério da Justiça, daí migrou para o Ministério dos Direitos  
655 Humanos, Família e Mulher, daí o Ministério Público tem a sua iniciativa, daí o Paraná  
656 faz uma iniciativa também, cada um faz uma iniciativa. Então, acho que é fundamental  
657 o pensamento sistêmico, colaborativo e integrado, para não ficar a redundância de  
658 iniciativas. O Paraná tem uma característica bem interessante, que nós temos a região  
659 portuária e de fronteiras com países como a Argentina e Paraguai. Então, nós temos  
660 com frequência o encontro de ossadas, de desaparecidos em outros países, inclusive.  
661 Então, isso demonstra a necessidade não só da nacionalização, mas da  
662 internacionalização desse tipo de sistema. O Alerta AMBER, só um comentário, ele é  
663 utilizado em uma série de países, é muito interessante. Eu acho que tem algumas  
664 soluções que podem ser adotadas de forma paliativa, como é o exemplo do que é feito  
665 com a Defesa Civil, os alertas da Defesa Civil, quem tem o cadastro recebe um SMS  
666 ‘Daqui a tantas horas tem possibilidade de temporal em Curitiba’. Então, quando tem  
667 uma pessoa desaparecida em alguma região, talvez uma solução paliativa seja alguma  
668 coisa no sentido de se fazer um cadastro mesmo pelo SMS. Então, seria o cadastro  
669 ativo, não seriam todos como é o AMBER, que o celular já vem configurado para  
670 permitir isso, só se a pessoa desconfigurar que ele não vai receber o alerta, e ele tem  
671 uma precisão maior por conta do georreferenciamento, mas seria uma alternativa de  
672 fomentar a população a colaborar e se cadastrar nesse tipo de aplicação, como a  
673 Defesa Civil faz, que queira receber e contribuir com pessoas desaparecidas. Talvez  
674 seja uma solução que não precise aguardar uma legislação, como o AMBER. Então, só  
675 para contribuir com o que já foi falado, a gente coloca à disposição os registros da  
676 Polícia Científica para contribuir com qualquer sistema. A gente tem um banco de  
677 dados bem completo, inclusive das pessoas que já tenham atestado de óbito  
678 identificadas aqui. Então, muitas vezes é importante esse dado, porque ele só é levado,  
679 emite o atestado de óbito e o poder público só vai tomar conhecimento desse óbito se a  
680 família for registrar o óbito no cartório. Então, muitas pessoas, apesar do atestado de  
681 óbito emitido por nós, só vai tomar conhecimento do óbito se for levado a registro para  
682 se emitir a certidão de óbito. Então, o CPF fica válido, o registro geral de identificação  
683 fica válido. Então, é uma fonte riquíssima de informação, as informações dos óbitos de  
684 todas as nossas unidades no serviço de medicina legal. Acho que é um serviço que  
685 pode contribuir também para formação dessa base de dados, inclusive para evitar  
686 fraudes. Muito obrigado”. **ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA** fala:  
687 “Obrigada, Dr. A próxima fala é do Marcel. Marcel está inscrito”. **MARCEL JERONYMO**  
688 **LIMA DE OLIVEIRA** fala: “Agradecer mais uma vez a presença nesse importante GT, a  
689 Delegada Patrícia e também o Diretor Grochocki, e nesse sentido o Conselho  
690 Permanente de Direitos Humanos vem na condição de sociedade civil também

46  
47

691 agradecer a incorporação também da sociedade civil que está integrando com a  
692 presença da Waleiska, e diria, como a Angela sempre faz, ajuda ao apoio técnico. Se  
693 pudesse deixar registrado e se possível encaminhasse as atas dos relatos  
694 espontâneos, bem como aqueles resumos, para a sociedade civil, do que foi produzido  
695 até hoje, para os conselheiros e conselheiras do COPED”. **ANGELA CHRISTIANNE**  
696 **LUNEDO DE MENDONÇA** informa: “Marcel, só um minutinho. A Ana Vitória disse que  
697 já encaminhou as atas anteriores todas. Se alguém não recebeu, por favor, entre em  
698 contato conosco”. **MARCEL JERONYMO LIMA DE OLIVEIRA** questiona: “Maravilha.  
699 Obrigado então pela informação, e o serviço é eficiente. Agradeço a atenção. Nesse  
700 sentido, apenas agradecendo a presença da Patrícia. Do ponto de vista do Conselho  
701 de Direitos Humanos, eu venho tentando monitorar principalmente o relato da  
702 investigação criminal e dos efeitos deletérios de uma investigação criminal e sistema de  
703 justiça eventual que pode ter gerado distorções, inclusive envolvendo uma eventual  
704 possibilidade de ter ocorrido tortura, bem como também nos apontamentos do futuro,  
705 que a gente possa de fato começar a olhar para trás e ter a garantia de que fatos como  
706 esse não aconteçam. Eu tinha feito algumas considerações com relação aos sistemas,  
707 que já foi bem levantado pelo Dr. Rafael e já compartilhado pelo Grochocki e pela  
708 Patrícia. Teria só uma pergunta objetiva para ambas as autoridades, no sentido do que  
709 a gente vem construindo aqui no GT. Considerando, Dra. Patrícia Nobre, eu não sei se  
710 já é consolidado aqui no GT, Angela e demais integrantes desse GT, se a gente já tem  
711 algum tipo de lista de crianças que naquela época foram desaparecidas. Não sei se a  
712 gente já tem esse relato, talvez se a Dra. Patrícia pudesse nos devolver alguma  
713 informação sobre isso. A Senhora nos trouxe a informação que junto a eventual ossada  
714 do Evandro haveria uma ossada que fosse do Leandro, mas também não era do  
715 Leandro, aparentemente. A dúvida é: existe uma possível lista de crianças  
716 desaparecidas na região, na época, com características similares? Minha dúvida seria  
717 objetiva nesse sentido, para que a gente possa apenas monitorar as informações que  
718 já foram consolidadas nos outros relatos espontâneos. Ao Dr. Rodrigo eu teria duas  
719 perguntas objetivas. O Dr. Rodrigo Grochocki, ele fez a referência específica ao Plano  
720 Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, que foi bem reforçado aqui pelo Dr.  
721 Rafael, desse sistema nacional do SINALID, enfim, da experiência nacional. Me lembra  
722 inclusive outros sistemas, como o PJE, enfim, que tribunais e órgãos acabam se  
723 tornando nacional. Me empolgo muito com a proposta do SINALID e com essa  
724 integração. Eu gostaria de saber especificamente do Dr. Rodrigo, dentro da política  
725 nacional, que é essa Lei 13.812 que a Patrícia colocou, quais são os sistemas hoje que  
726 operam dentro dessa política, que para mim não ficou tão transparente. Tem um banco  
727 genético que houve essa referência, me parece inclusive que é esse banco que foi  
728 regulamentado pelo então Ministro Sérgio Moro, que deu a conclusão ao caso de  
729 Rachel Genofre, salvo engano foi justamente essa integração do Banco Nacional  
730 Genético, mas eu não consegui compreender quais são dentro da política nacional. O  
731 Dr. Rodrigo fez essa referência, quais são os outros sistemas que hoje estão operando  
732 na política nacional? Eu teria essa dúvida. E uma pergunta mais objetiva, e receoso e  
733 consciente das dificuldades enfrentadas pela Polícia Científica do Estado do Paraná,  
734 mas tem algo que padece, não sei se chegou na Polícia Científica, mas em tese já  
735 consultaria ao Dr. Rodrigo, do ponto de vista das capacidades de, recebendo um  
736 material das fitas que hoje foram encontradas e que deu uma reviravolta agora no



49  
50

737 caso, enfim, toda a situação, se a Polícia Científica recebeu essas fitas e as condições  
738 técnicas, tanto de produção dessa perícia quanto de tempo, de resultado dessas  
739 perícias eventuais e validade dessas fitas encontradas que poderiam comprovar relatos  
740 de eventual tortura acontecidos no caso do Evandro. Agradeço o espaço de fala e o  
741 tempo de escuta de todos e todas”. **DRA. PATRÍCIA NOBRE** responde: “Obrigada  
742 pelas perguntas e pelas considerações. Com relação às nossas crianças  
743 desaparecidas, com certeza nós temos, inclusive as diligências que nós estamos  
744 fazendo já agora, muitos anos depois de coleta de DNA para possível identificação, já  
745 estão em andamento junto à Polícia Científica, com o apoio novamente da Polícia  
746 Federal, e posso enviar a todos. Mas até de uma maneira mais fácil, no site da Polícia  
747 Civil o SICRIDE tem uma aba própria, onde constam todas as crianças que nós  
748 consideramos efetivamente desaparecidas, com datas, características, inclusive com  
749 as progressões, que são um dos procedimentos que a gente realiza também, aquelas  
750 progressões para saber como essa criança estaria hoje. Então, sim, é acessível a  
751 todos que tiverem interesse em conhecer, em saber mais detalhadamente. Na própria  
752 página da polícia nós temos todas as crianças, e sim, esse levantamento foi feito e,  
753 como eu disse, já inclusive há diligências nesse sentido. Obrigada”. **MARCEL**  
754 **JERONIMO LIMA DE OLIVEIRA** fala: “Dra. Patrícia, eu teria uma dúvida objetiva na  
755 época dos fatos, os casos similares ao Caso Evandro, na época dos fatos. Eu acabei  
756 acessando a aba aqui, antes de fazer minha pergunta eu estava acessando as  
757 progressões, com tudo, eu estava justamente vendo as fotos, um trabalho interessante  
758 de evolução da idade, mas minha dúvida é se tem hoje uma busca pela região de  
759 Guaratuba na época tal. Eu não consegui ver dessa forma. É possível fazer essa busca  
760 nesse sentido?”. **DRA. PATRÍCIA NOBRE** responde: “Sim, a gente tem todas as  
761 crianças desaparecidas à época. O que a gente fez? A ossada é considerada segundo  
762 a análise do médico responsável, ele dá uma delimitação de idade. Então, nós  
763 buscamos, e já havia isso inclusive nos arquivos, nós buscamos as crianças  
764 desaparecidas ali em um período, de modo que fosse compatível com aquela ossada.  
765 A título de exemplo, por exemplo, era uma ossada aparentemente do sexo feminino,  
766 mas nós não estamos lidando com essa informação como definitiva, então nós  
767 buscamos todas as crianças desaparecidas anteriormente ao encontro da ossada, por  
768 óbvio, e que fosse então compatível e pudesse ser do dado do seu desaparecimento  
769 até o encontro da ossada, pudesse ser uma eventual criança desaparecida na época. E  
770 sim, tem esse levantamento, e esse levantamento inclusive está sendo objeto de  
771 confronto de DNA com base no exame mitocondrial da ossada localizada à época”.  
772 **ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA** fala: “Ok. Dr. Grochocki”. **DR.**  
773 **LUIZ RODRIGO GROCHOCKI** responde: “Agradeço o questionamento. Quanto à  
774 política nacional, o Ministério da Justiça já vem há algum tempo, tem a lei do SUSP,  
775 que é o Sistema Único de Segurança Pública, e dentro do Sistema Único nós temos  
776 alguns instrumentos. Um dos instrumentos da política nacional é o Sistema Nacional  
777 SINESP, Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, e dentro desse  
778 sistema tem a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, entre outros sistemas  
779 integrados nacional. Então, eu acho que tem várias iniciativas, mas poderia focar. Eu  
780 acho que essas iniciativas todo mundo tem remado para o mesmo lado e um sistema  
781 integrado que todos possam ter acesso. Então, eu acho que a Segurança Pública tem  
782 uma base de dados muito importante, que pode dar bastante resultado e já integrar até

52  
53

783 por conta da característica da própria Segurança Pública, das informações que ela tem,  
784 integrar com todos esses dados através do SINESP mesmo, e um sistema de  
785 desaparecidos. Então, a Rede Integrada de Perfis Genéticos está integrada dentro  
786 desse guarda-chuva do Ministério da Justiça, que é o Sistema Nacional, que já  
787 funciona há muitos anos. Então, acho que aí que se encaixa a convergência das duas  
788 leis dos desaparecidos com a lei do SUSP. Eu não entendi a outra pergunta sobre fitas.  
789 Fita de DNA?”. **MARCEL JERONIMO LIMA DE OLIVEIRA** responde: “Perdão então.  
790 Eu acho que se não é do conhecimento do Senhor, acho que talvez não seja  
791 adequado, mas explico do que se trata. São fitas que foram conseguidas pelo Ivan  
792 Mizanzuk, que revelaria áudios gravados no interior de uma viatura policial e  
793 comprovaria eventual tortura nas pessoas que foram acusadas pelo crime. A dúvida é  
794 se essas fitas cassetes, ao que eu imagino, estão na mão do advogado da família  
795 Abagge, que não há nenhuma perícia oficial, se essas fitas têm validade ou não, se há  
796 montagem, algo nesse sentido, mas eu acho que pelo jeito não é de conhecimento do  
797 Senhor. Nesse sentido, se não é de conhecimento do Senhor, acho que a gente não  
798 pode avançar nessa situação, mas fique à vontade, Dr. Luiz”. **DR. LUIZ RODRIGO**  
799 **GROCHOCKI** continua: “Entendi. É como eu disse, até procurei aqui nos nossos  
800 registros, mas o nosso sistema ele é de 2014 e a gente não tem acesso aos laudos  
801 produzidos desse caso. É até uma dificuldade, porque muito disso foi para arquivo  
802 público já, como é um caso muito antigo ele já está em arquivo público. Então, a gente  
803 não teve acesso a esses laudos dessas fitas”. **ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE**  
804 **MENDONÇA** fala: “Ok. Obrigada. Eu tenho algumas questões que eu levantei e que eu  
805 gostaria que a Dra. Patrícia e se possível o Dr. Grochocki pudessem responder. Em  
806 relação ao número de pessoas de qualquer idade e o recorte de crianças e  
807 adolescentes desaparecidos atualmente no Paraná, qual é esse universo? Também  
808 que os Senhores pudessem me indicar que nós críticos ou que suportes em tese o  
809 SICRIDE e a própria Polícia Científica demandariam de apoio em relação a recursos  
810 físicos, materiais, enfim, técnicos para melhoria das suas intervenções, para que esse  
811 Grupo pudesse então, a partir disso, fazer as recomendações às diferentes  
812 Secretarias. Por fim, eu gostaria que o Dr. Grochocki falasse um pouco do Projeto Fim  
813 da Impunidade, que envolve a questão de cyberbullying e a questão dos crimes  
814 sexuais contra crianças e adolescentes nas redes sociais, porque isso tem de certa  
815 forma, entre aspas, mobilizado a pauta da infância em relação a fugas e a  
816 deslocamentos de crianças e adolescentes para encontros amorosos, enfim, o que os  
817 coloca em grande risco. Então, gostaria que o Senhor falasse um pouco desse projeto  
818 e pudesse inclusive encaminhar cópia formalmente ao GT para conhecimento do GT”.  
819 **DRA. PATRÍCIA NOBRE** responde: “Eu vou pedir para iniciar a fala novamente. Com  
820 relação às nossas crianças desaparecidas, nós temos vinte e sete no Estado do  
821 Paraná. Eu posso falar especificamente de crianças, porque inclusive é algo que eu iria  
822 acrescentar. Quando da criação do SICRIDE à época, em 1995, determinou-se que se  
823 criasse o SICRIDE para a investigação de crianças desaparecidas e ficou a cargo da  
824 Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, onde inclusive hoje o Dr. Marques está  
825 trabalhando, a investigação de desaparecidos adolescentes e maiores de idade. Então,  
826 eu posso fazer a informação de dados com relação ao SICRIDE, lembrando desde já  
827 que o Departamento da Polícia tem estudos para alteração do Estatuto e ideias de  
828 talvez unificar essas unidades, até entendo que seja uma demanda pertinente, mas é

55  
56

829 algo ainda em estudo e enfim. Por ora, de crianças temos vinte e sete, temos o site da  
830 Polícia Civil com todas as informações sobre elas, datas, características, progressões,  
831 e é algo que se pode consultar. Então, com relação aos outros desaparecidos não sei  
832 se já o Dr. Marques teria essas informações, mas se não o que eu posso informar mais  
833 precisamente seriam das crianças. Quando eu assumi o SICRIDE, havia um projeto  
834 junto ao CEDCA de recursos, e que a unidade entendia ser pertinente até por conta  
835 das suas especificações, e esse projeto acabou findando o prazo e acabou não sendo  
836 possível adquirir esse dinheiro para que a gente pudesse investir em novas  
837 tecnologias, equipamentos para as equipes, enfim. Essa seria uma demanda que  
838 acabou que, com a pandemia, acabou paralisando uma ideia de retomada de  
839 apresentação de projeto, mas é sim algo que depois pretendo, pós pandemia, que a  
840 gente possa tentar novamente viabilizar. A gente investe também bastante sempre em  
841 prevenção, trabalhamos muito durante o ano, principalmente na Operação Verão,  
842 lembrando que sempre durante essa época de final de ano, férias, há sim um aumento  
843 dos nossos casos, então, a gente tem trabalhado bastante. Esse também é um setor  
844 que a gente demanda sempre muito apoio, principalmente parcerias junto a Secretaria  
845 de Educação, enfim, esses também são projetos que nós sempre carecemos de apoio  
846 e de ajuda. Eu vou passar a palavra para o Dr. Grochocki, só vou pedir muita licença  
847 para todos vocês. Hoje é o dia da minha segunda dose de vacinação, está agendada  
848 para as 12h, estou bem ansiosa e peço desculpa, então, por me ausentar um pouco  
849 antes, mas sempre lembrando que o NUCRIA e o SICRIDE ficam ali na Vicente  
850 Machado, o meu telefone é amplamente disponível, a Dra. Regina, Angela, todas têm,  
851 e desde já coloco à disposição para que ele seja divulgado para todos os Senhores,  
852 caso queiram maiores esclarecimentos, dúvidas, conversar, bater um papo, ir conhecer  
853 a nossa unidade. E lembrando que a gente tem um setor de psicologia. Esqueci de  
854 responder essa pergunta do Dr. Rafael. A gente tem o setor de psicologia que atende  
855 os familiares, é um setor bem interessante, ele trabalha junto do NUCRIA e do  
856 SICRIDE, então temos psicólogos para auxiliar nessa questão. Então, estão todos  
857 convidados e se quiserem lá sempre tem um cafezinho para todos vocês”. **(ÁUDIO**  
858 **INAUDÍVEL)ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA** fala “... providências  
859 junto ao CEDCA assim que oportuno. Muito obrigada, as suas contribuições são  
860 sempre muito precisas, importantes e a Senhora é parte dessa grande rede de  
861 proteção de crianças aqui no Paraná. Uma grande alegria tê-la como colega aqui no  
862 nosso trabalho. E parabéns pela vacina! Sonhamos que ela seja para todos e todas.  
863 Vamos lá. Obrigada. O Dr. Grochocki, em relação também às necessidades e ao  
864 Projeto Fim da Impunidade. Na sequência, a colega Waleiska está inscrita para suas  
865 dúvidas e questionamentos”. **DR. LUIZ RODRIGO GROCHOCKI** responde: “Obrigado,  
866 Dra. Angela. A Polícia Científica tem trabalhado muito nessa parte de prevenção e  
867 proteção da criança e do adolescente, e uma das constatações que a gente identificou,  
868 até relacionado muito a esses desaparecimentos temporários, principalmente dos  
869 adolescentes. Na pandemia houve, além da pandemia de saúde, houve uma pandemia  
870 cibernética. Então, nós tivemos um aumento de cerca de alguns tipos de crime em  
871 1000%, mas atinente a criança e adolescente 111% no ambiente virtual. Então, até  
872 para fazer frente, porque é uma demanda extraordinária, não é ordinária das nossas  
873 equipes da sessão de computação forense, então nós submetemos ao ponto da  
874 infância e da adolescência do Paraná. É um projeto para fazer justamente frente a

58  
59

875 esses crimes contra as nossas crianças e adolescentes, que cresceram infinitamente  
876 nesses tempos de pandemia. Então, nós tivemos uma pandemia de crimes  
877 cibernéticos, e esses crimes dependem de uma prova técnica, por exemplo, o crime de  
878 pornografia infantil, a gente depende de uma prova técnica para dizer que aquele  
879 material que foi encontrado é material de pornografia infantil. Então, se criaram nesse  
880 período grandes redes de aliciamento de jovens na internet; muitos desses jovens são  
881 crianças, um índice muito grande de crianças, que pela sua inocência, através do  
882 ambiente virtual, acabam caindo nessas redes de criminosos que produzem material  
883 inclusive de pornografia infantil. Então, a gente fez esse projeto justamente para fazer  
884 frente a essa pandemia que a gente está vivendo no ambiente cibernético contra as  
885 nossas crianças e adolescentes. Outro projeto que a gente fez, já alinhado com a  
886 política da infância e da adolescência, é o projeto que vai ao encontro também com  
887 essa necessidade até que o colega do Ministério Público nos passou, da necessidade  
888 de nós termos dados para a gente conseguir elaborar políticas e ações direcionados  
889 para as nossas crianças. A gente tem um projeto de monitoramento do consumo de  
890 drogas e álcool por crianças e adolescentes, é um projeto bem interessante, já alinhado  
891 também com o Governo Federal, para a gente fazer o monitoramento dentro das  
892 escolas, da rede de ensino. Então, a gente vai quantificar o tanto de droga que está  
893 sendo utilizado dentro dos colégios. Isso é um grande desafio, que a gente tem que  
894 identificar essas crianças que estão sendo vulneráveis a isso para a gente conseguir  
895 fazer uma política mais assertiva dentro do ambiente escolar também. Então, esse é  
896 um outro projeto que vai ao encontro com o que a gente está trabalhando. Eu posso  
897 encaminhar também esses dois projetos para vocês avaliarem, e que também pode dar  
898 um resultado bem interessante, porque essas redes nacionais integradas e esses  
899 dados disponíveis para todo mundo, compartilhado, disponível e integrado com todos  
900 os sistemas. A Polícia Científica fica à disposição para integrar com quem tiver  
901 interesse nos dados, a gente está à disposição para fornecer esses dados.  
902 Recentemente, a gente teve algumas universidades, inclusive americanas e europeias,  
903 com interesse em fazer pesquisa na área de criança e adolescente vinculando, por  
904 exemplo, que a gente faz o exame toxicológico de todas as vítimas que passam aqui,  
905 então eles têm uma pesquisa envolvendo morte violenta com a presença de álcool e  
906 drogas nas vítimas. Então, essa é uma base de dados que a gente tem aqui que pode  
907 auxiliar a fazer políticas públicas para combater os crimes contra as mortes violentas  
908 contra crianças e adolescentes. Mais uma vez eu agradeço, fico à disposição para  
909 qualquer questionamento”. **ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA**  
910 continua: “Obrigada, Dr. Então, agora nossa colega Waleiska”. **WALEISKA**  
911 **FERNANDES** fala: “Mais uma vez eu cumprimento a todos e a todas. Minha pergunta é  
912 até um pouco também direcionada para a Dra. Patrícia, mas ela precisou se ausentar,  
913 mas fica então para o membro da Polícia Científica que está presente. Há pouco a Ana  
914 falou do papel da imprensa nesse caso todo e de que forma isso poderia contribuir para  
915 outros casos, e me fica uma pergunta. Eu sou membro do COPED e também sou  
916 dirigente do Sindicato dos Jornalistas. Isso é uma preocupação que se tem para casos  
917 futuros, que é o objetivo deste GT. Já existe algum tipo de normatização dentro do  
918 Governo do Estado, dentro dessas instituições, que normatize a questão das  
919 entrevistas e da abordagem desses dados que são repassados para a imprensa em  
920 casos de complexidade como esse? E eu pergunto isso porque a imprensa tem o papel



61  
62

921 fundamental nesses casos, como a Dra. Patrícia levantou, muitas vezes pode  
922 atrapalhar, mais ajudar do que atrapalhar, mas esse trabalho feito pela imprensa é  
923 resultado do que é feito da investigação muitas vezes, por documentos que às vezes  
924 são vazados aleatoriamente, encontra eco na vaidade de agentes públicos, que por  
925 vezes acontece, que querem dar uma resposta a um apelo social com relação a uma  
926 resposta para o caso. Então, o Caso Evandro é um exemplo, mas temos outros  
927 similares pelo Brasil, como os Emasculados de Altamira, no Pará, e em outros casos  
928 tão comuns que isso aconteça. Antes das investigações estarem concluídas, fica-se  
929 tentando dar uma resposta para a opinião pública, e agentes públicos atuam nesse  
930 trabalho com a imprensa. O que eu quero dizer é que a imprensa não inventa o caso,  
931 não inventa o fato, ela noticia conforme as coisas vão chegando para ela, e muitas  
932 vezes enviesada, com propósitos outros que não de fato que se quer com a  
933 investigação. Então, eu queria saber desses agentes que estão aqui se já existe  
934 alguma normatização desse trato com a informação e de que forma a gente poderia  
935 trabalhar no sentido de apontar caminhos para que outros casos não viessem a  
936 acontecer, porque os programas do mundo policialesco estão nos mostrando que  
937 infelizmente isso ainda acontece com alguma frequência, não só no Paraná”. **ANGELA**  
938 **CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA** fala: “Não sei se o Dr. Grochocki tem essa  
939 resposta, ou algum colega. Acho que essa questão da Waleiska é bastante importante  
940 e ela vem sendo recorrente aqui nos nossos encontros, sempre essa preocupação”.  
941 **DR. LUIZ RODRIGO GROCHOCKI** informa: “A Polícia Científica é sempre muito  
942 demandada, porque ela tem uma fonte de informação bem rica, só que muitas vezes é  
943 difícil você afirmar alguma coisa no calor do momento. Eu acho que uma das grandes  
944 dificuldades dessa interface com a imprensa, com os órgãos de comunicação, é ter um  
945 link da assessoria de imprensa com a assessoria de imprensa. Então, aqui na Polícia  
946 Científica, por exemplo, a nossa comunicação é toda feita pela assessoria de  
947 comunicação da Secretaria. Então, facilita muito essa interface, porque muitas vezes a  
948 gente vai querer falar um dado técnico e a gente não consegue passar de forma  
949 didática essa informação, e já uma assessoria de comunicação facilita muito essa  
950 interface, porque é a comunicação falando com a comunicação na mesma linguagem.  
951 Então, acho muito importante que sempre nesses casos seja feita a interface sempre  
952 entre as assessorias de comunicação, que eles sabem a linguagem correta para  
953 transmitir essas informações. A gente usa muito isso em desastres. A gente tem um  
954 protocolo bem definido de DVI, que é um protocolo internacional, que é de grandes  
955 desastres. Então, é muito importante a gente ter essa comunicação pelo ponto focal  
956 para fazer sempre essa comunicação, essa transcrição técnica para os órgãos de  
957 comunicação. Até agora me lembrei falando de desastres, falando do SINALID, a gente  
958 aplicou o PLID no desastre de Brumadinho. O Paraná foi prestar apoio lá e a gente  
959 usou esse sistema PLID dentro de Brumadinho para achar as vítimas. Então, foi uma  
960 experiência exitosa do uso da ferramenta que o colega do MP apresentou. Uma outra  
961 ferramenta que está em construção, foi aprovada a legislação e até o Dr. Cláudio é um  
962 grande defensor, e isso vai revolucionar a resolução de criminalidade violenta por arma  
963 de fogo, é o Sistema Nacional de Análise Balística. Então, assim como a gente tem a  
964 Rede Integrada de Perfis Genéticos, foi criado a nível nacional o Sistema Nacional de  
965 Análise Balística, que vai confrontar os perfis balísticos de todas as armas de fogo com  
966 os crimes ocorridos, os projéteis de arma de fogo coletados nas vítimas. Então, é

64  
65

967 fundamental para o esclarecimento, inclusive de mortes de pessoas desaparecidas, a  
968 implementação desse sistema aqui no Paraná. O Paraná ainda não tem esse sistema,  
969 a gente está tentando fazer a aquisição, mas esse é um outro sistema que vai  
970 revolucionar a investigação criminal e vai proporcionar uma ferramenta tecnológica  
971 para a polícia resolver uma série de crimes violentos cometidos com arma de fogo.  
972 Agradeço, Dra. Angela mais uma vez”. **ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE**  
973 **MENDONÇA** continua: “Obrigada, Dr. Grochocki. Acho que nesse sentido nós  
974 poderíamos, enquanto GT, encaminharmos um ofício para a Secretaria de Estado da  
975 Cultura e Comunicação, solicitando informações acerca de algum procedimento técnico  
976 ou protocolo expedido pela Secretaria de Comunicação nesse âmbito, até porque  
977 temos agora em vigência, em debate no Estado do Paraná, a Lei Geral de Proteção de  
978 Dados. Então, talvez fosse oportuno esse Grupo poder construir essas orientações ou  
979 sugerir a construção dessas orientações no âmbito da gestão pública estadual,  
980 considerando as legislações recentes”. **WALEISKA FERNANDES** informa: “Se eu  
981 pudesse contribuir, me coloco à disposição para contribuir com esses questionamentos,  
982 porque acho que tem questões que vão além disso”. **ANGELA CHRISTIANNE**  
983 **LUNEDO DE MENDONÇA** fala: “E a sua experiência, a sua atuação certamente. Peço  
984 que juntamente com a nossa equipe de apoio aqui nos ajude e colabore nessa  
985 construção tanto do ofício, do questionamento, quanto do próprio processo de  
986 colaboração na construção dessas normativas. Será muito bem-vinda, Waleiska”.  
987 **WALEISKA FERNANDES** fala: “Eu agradeço”. **CLAUDIO MARQUES ROLIN E SILVA**  
988 fala: “A colocação foi muito pertinente com relação a questão da imprensa. Esse  
989 questionamento sobre a imprensa, foi muito importante que foi feita essa intervenção.  
990 Nós estamos elaborando uma cartilha unificada de orientação no âmbito do Núcleo de  
991 Direitos Humanos e Proteção a Vulneráveis, justamente nesse aspecto, para que as  
992 autoridades, quando vão conceder uma entrevista, não deem declarações vinculantes,  
993 que viola o princípio da presunção da inocência. É lamentável quando uma autoridade,  
994 quando ela já encerrou a atuação dela, é até compreensível que ela defenda, mas  
995 quando ela vai ainda participar de eventos posteriores, nós temos casos não só no  
996 Paraná, mas em outros Estados, em que o Corregedor participa da operação, o  
997 Corregedor dá entrevista com declaração vinculante, o Corregedor escolhe o Delegado  
998 que vai atuar no PAD e o Corregedor vai sentar no Conselho da Polícia Judiciária para  
999 julgar aquela pessoa que ele já deu aquela entrevista. É uma questão, Senhores, o por  
1000 que nós nos preocupamos com declarações com teor vinculante? Porque se uma  
1001 autoridade se manifesta publicamente na RPC, em qualquer meio de comunicação  
1002 apontando que aquela pessoa é a autora do crime, ela fica com a visão em túnel, ela  
1003 só quer comprovar o ponto de vista que ela já expressou publicamente. Eu acredito,  
1004 não sei se o Dr. Rafael, Dr. Olympio, pode ajudar nesse aspecto, mas existe nos  
1005 tribunais internacionais de direitos humanos da Europa em que uma autoridade que se  
1006 manifesta sobre um caso apontando diretamente determinada situação, ela é  
1007 automaticamente afastada da investigação, afastada daquele procedimento. É algo que  
1008 nós temos que prestar muita atenção no Brasil, porque a maioria dos erros judiciais  
1009 são decorrentes dessas afirmações vinculantes, quando todo mundo se vincula com  
1010 aquele tipo de declaração e não volta atrás. Infelizmente é o que nós temos visto, o que  
1011 nós temos assistido. Todo erro judicial é decorrente dessas afirmações, e ela tem  
1012 razão, a imprensa não inventa um fato, geralmente são autoridades públicas que

67  
68

1013 expressam as suas opiniões, expressam coisas que muitas vezes sequer ela  
1014 completou o ciclo integral de verificação de evidência, ela fala como se não tivesse  
1015 responsabilidade alguma, a imprensa reproduz e depois a gente aponta a imprensa.  
1016 ‘Opa, a imprensa foi a culpada por essa situação.’ É muito pertinente essa questão.  
1017 Obrigado”. **ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA** prossegue: “Muito  
1018 bem então. Acho que podemos ir para o processo de encerramento da nossa reunião  
1019 de hoje”. **DR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO** manifesta: “Angela, desculpe,  
1020 eu tentei avisar que eu queria falar, levantar a mão, mas acho que não fui feliz. Eu só  
1021 teria mais um tema nesse contexto. E foi muito boa a exposição do Grochocki e foi  
1022 muito boa a sua intervenção, foi exatamente isso que eu quis dizer no começo. É saber  
1023 em ambos os casos quais seriam os recursos materiais, humanos, os equipamentos  
1024 que pudessem aprimorar a atividade. Eu me lembrei ainda da época que era a  
1025 Secretaria Especial que o Flávio Arns, eu não me lembro o nome da Secretaria, mas  
1026 que esse tema do desaparecimento de pessoas era um tema que estava sendo  
1027 desenvolvido pela Secretaria, e eu fiquei muito impressionado quando um dia eu assisti  
1028 uma exposição sobre o reconhecimento facial, fiquei muito impressionado, porque a  
1029 partir do crânio de alguém se faz a reconstituição facial. Então, foi mencionado os  
1030 casos como o esqueleto de uma menina que teria sido encontrado em Guaratuba, e  
1031 enfim, eu não sei quanto que cientificamente se avançou nessa atividade de fazer o  
1032 reconhecimento facial para se ter pelo menos um ponto de partida para identificação de  
1033 quem é aquela menina, como também a possibilidade de você, e isso acho que ocorre  
1034 com mais frequência, de você ajustar aquele desaparecido há tanto tempo como ele  
1035 seria hoje, as características faciais atualizadas, digamos assim. Eu me lembro que na  
1036 época até tinha um profissional que acho que fez curso nos Estados Unidos, acho que  
1037 era Diego o nome dele, se não me engano, enfim, é uma coisa que me impressionou  
1038 muito e que eu acho que para essa preocupação nossa em relação a pessoas e  
1039 crianças desaparecidas, eu acho que é uma ferramenta importante, que poderia ser  
1040 utilizada”. **DR. LUIZ RODRIGO GROCHOCKI** diz: “Excelente pergunta, Dr. Olympio.  
1041 Hoje eu descii inclusive no setor de antropologia e eles estavam fazendo uma  
1042 reconstrução facial de um crânio. Então, com a reconstrução desse crânio avançou  
1043 bastante. Hoje você tem inclusive scanners 3D que permitem a reconstrução desse  
1044 crânio de uma forma mais automatizada e mais precisa, com os marcadores feitos pela  
1045 odontologia legal. Então, eles fazem os marcadores no crânio, que permitem a  
1046 reconstrução da face. O Diego realmente trabalha aqui no setor de antropologia, é um  
1047 excelente profissional, fez certificações fora do país. Nós temos a Dra. Taís aqui  
1048 também, que é odontologista, que faz essa análise dos crânios, que também utiliza  
1049 uma série de técnicas, e a gente tem que avançar mesmo nessa área. Uma das formas  
1050 é a aquisição desse scanner 3D para fazer essa reconstrução, que é muito utilizado em  
1051 arqueologia, é um scanner que se usa muito em arqueologia. Outra coisa importante é  
1052 que a gente pode fazer o confronto já agora, já faz esse confronto a partir da  
1053 reconstrução facial, a gente faz o confronto com a base de fotografias das identidades  
1054 e carteiras de motorista. Então, a gente consegue fazer, e mesmo com as fotografias  
1055 das crianças desaparecidas. Então, é uma ferramenta realmente importante. Não é um  
1056 reconhecimento primário, não é uma forma de identificação primária dentro daquelas  
1057 três que são cientificamente comprovadas, mas é uma forma de identificação  
1058 secundária, até porque ela não é uma identificação, é um reconhecimento, que pode

70  
71

1059 restringir o campo de investigação. É bem interessante mesmo essa técnica de  
1060 reconstrução do crânio. Muitas vezes evita que se precise fazer outras técnicas mais  
1061 dispendiosas, que custem mais. Então, realmente bem lembrado, essa é uma das  
1062 técnicas utilizadas pela antropologia forense que dá bastante resultado também, só que  
1063 também precisa de uma integração nacional dessas bases de fotografias para a gente  
1064 tentar restringir. Hoje no Paraná nós temos a possibilidade de fazer com as imagens  
1065 que a gente tem do Paraná. Muito obrigado, Dr. Olympio pela pergunta”. **ANGELA**  
1066 **CHRISTIANNE LUNEDO DE MENDONÇA** fala: “Muito obrigada então, Dr. Grochocki.  
1067 Acho que podemos na sequência ir para o encerramento do encontro de hoje,  
1068 lembrando que amanhã às 10h30min nós temos uma reunião extraordinária desse  
1069 Grupo para os debates, considerações, encaminhamentos decorrentes dessa escuta  
1070 de hoje, que foi bastante importante e que trouxe grandes contribuições para o objetivo  
1071 maior do nosso Grupo. Quero agradecer de plano o tempo dispensado pelo Dr.  
1072 Grochocki, sabemos da agenda complexa que ele tem, e também a Dra. Patrícia, bem  
1073 como os demais aqui componentes que compõem o nosso Grupo e que estão agora  
1074 também com a participação ampliada do COPED. São todos muito bem-vindos e muito  
1075 bem-vindas. Na próxima semana, no dia 01/09, teremos a agenda da representação do  
1076 Ministério Público, creio que o ofício já foi encaminhado, e peço que a equipe coloque  
1077 na pauta de amanhã também a alteração da data do dia 08 de setembro. Nós  
1078 propusemos um encontro, a escuta dos familiares de pessoas desaparecidas, no dia  
1079 08, e dia 08 é feriado em Curitiba. Então, amanhã também poderemos tratar dessa  
1080 nova proposta de agenda alterando o dia 08 de setembro para uma nova data. Acho  
1081 que o objetivo do Grupo hoje foi plenamente atendido, que é justamente apostar aqui  
1082 nos encaminhamentos futuros e na ampliação dessa rede dessas estratégias de  
1083 proteção a pessoas e da garantia da consolidação dos direitos humanos nas políticas  
1084 públicas do Estado do Paraná”. **5. Encerramento: Angela Christianne Lunedo de**  
1085 **Mendonça** agradece a todos os presentes e encerra o oitavo encontro do **GRUPO DE**  
1086 **TRABALHO – CASO EVANDRO: APONTAMENTOS PARA O FUTURO**. Ata redigida  
1087 por Ana Vitória Naumann e revisada por Eloise Zanon Garcia.